



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

**Comissão Especial sobre o FPM e os Fundos Constitucionais Sul/Sudeste
(PEC 231/2019)**

REQUERIMENTO Nº DE 2025

(Do Sr. Marcel van Hattem)

Requer a realização de audiência pública para debater os impactos das Propostas de Emenda à Constituição nº 231/2019 e apensadas sobre o agronegócio e as finanças municipais.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Comissão Temporária destinada a analisar as Propostas de Emenda à Constituição nº 231/2019 e apensadas, para discutir os impactos das referidas propostas sobre o setor agropecuário brasileiro, o equilíbrio federativo e a sustentabilidade financeira dos municípios rurais.

Para as apresentações e debates, sugere-se a participação dos seguintes convidados:

- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- Representante da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz);





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

- Representante da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs);
- Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB);
- Representante da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil);

JUSTIFICATIVA

O agronegócio brasileiro, pilar fundamental da economia nacional, responde por cerca de 23% do Produto Interno Bruto (PIB)¹ e é responsável por quase metade das exportações do país², consolidando-se como o principal motor de geração de riqueza, emprego e divisas.

Sua força produtiva sustenta a balança comercial, impulsiona a inovação tecnológica no campo e garante segurança alimentar ao Brasil e ao mundo. Esse desempenho, contudo, depende diretamente de políticas públicas estáveis, de infraestrutura adequada e de um ambiente fiscal equilibrado que assegure previsibilidade e autonomia aos municípios produtores.

Grande parte da produção agropecuária nacional está concentrada em municípios de pequeno e médio porte, cuja estrutura fiscal depende majoritariamente das transferências constitucionais da União, em especial do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

De acordo com estudos recentes da Confederação Nacional de Municípios (CNM, 2023), nas localidades de menor porte o FPM responde, em média, por mais de 60% das receitas primárias, chegando a 80% em diversos

1 Fonte: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/pib-do-agronegocio-fecha-2024-com-crescimento-de-1-81> Acesso em: 10 Nov. 2025.

2 Fonte: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-ultrapassam-us-153-bilhoes-no-acumulado-de-2024> Acesso em: 10 Nov. 2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

casos, o que evidencia a importância dessa transferência para a manutenção dos serviços públicos e para a sustentabilidade das economias municipais³.

Esses municípios, que sustentam a produção agropecuária, carecem de infraestrutura adequada, como estradas vicinais, pontes, armazéns, energia e conectividade, fundamentais para o escoamento da produção e a competitividade do campo. O aumento das transferências constitucionais, proposto pelas PEC e apensadas em debate, pode representar alívio fiscal e capacidade adicional de investimento local, especialmente em regiões onde a base tributária é limitada.

No entanto, é indispensável avaliar os impactos fiscais da medida para a União e para o equilíbrio federativo. De acordo com levantamentos da Confederação Nacional de Municípios (CNM), a ampliação de 1% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) representa entre R\$6 bilhões e R\$8 bilhões adicionais por ano em transferências constitucionais da União para as prefeituras.

Assim, o acréscimo de 1,5% previsto nas proposições ora analisadas, corresponderia a um reforço estimado de até R\$ 12 bilhões anuais aos orçamentos municipais, fortalecendo a capacidade de investimento e custeio dos entes locais⁴. Esse montante pode ser decisivo para sustentar políticas municipais de infraestrutura rural, saúde e educação, mas também exige contrapartidas de eficiência e responsabilidade fiscal.

Para além do já mencionado, é importante, no âmbito dos trabalhos desta comissão, a compreensão da articulação do FPM com políticas de fomento ao crédito rural, cooperativismo e inovação no campo, pilares do desenvolvimento de longo prazo. O setor agropecuário depende de governos

3 Fonte:

[https://cnm.org.br/storage/noticias/2023/Links/15082023_Estudo_Crise_Municipios_Agosto2023%20\(1\).pdf](https://cnm.org.br/storage/noticias/2023/Links/15082023_Estudo_Crise_Municipios_Agosto2023%20(1).pdf)

Acesso em: 10 Nov. 2025

4 Fonte: <https://cnm.org.br/comunicacao/noticias/conquista-cnm-repasse-extra-de-1-do-fpm-de-setembro-representara-r-7-8-bi-a-mais-aos-cofres-municipais> **Acesso em:** 10 Nov. 2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcel van Hattem

locais fortes e financeiramente equilibrados, capazes de prestar serviços e garantir segurança jurídica a produtores e empreendedores.

Assim, propõe-se esta audiência para ouvir representantes das principais entidades do agronegócio, de modo a analisar os efeitos práticos das PECs sobre o campo brasileiro, o impacto orçamentário estimado e as estratégias para fortalecer o federalismo fiscal sem ampliar o desequilíbrio das contas públicas.

Sala das Comissões, em de outubro de 2025.

MARCEL VAN HATTEM
(NOVO/RS)

